

Informação e Mudança: estudo da efetividade dos programas de inclusão digital em Salvador-Bahia^{1 2}

Jussara Borges³

Helena Pereira da Silva⁴

Universidade Federal da Bahia / Instituto de Ciência da Informação

Resumo

A Sociedade da Informação somente se tornará uma realidade no Brasil quando a população houver desenvolvido as habilidades necessárias para acesso e uso da informação, que se encontra, cada vez mais, na Internet. Esse entendimento precisa ser considerado pelos programas de inclusão digital. Em Salvador, organizações do terceiro setor vêm direcionando esforços em programas dessa natureza. Este trabalho verifica se as pessoas que os freqüentam têm desenvolvido aquelas habilidades e se é possível observar mudanças na suas vidas. Foram entrevistadas 70 pessoas que passaram pelos programas de 7 organizações. Os resultados apontam para habilidades mais voltadas para o uso de ferramentas tecnológicas que para o uso da informação, refletindo-se em mudanças pouco significativas na condição sócio-econômica daquelas pessoas.

Palavras-Chave

Information Literacy; Inclusão Digital – Salvador; Sociedade da Informação

Introdução

A Sociedade da Informação, que vem se prenunciando, somente se tornará uma realidade no Brasil quando a maioria da sua população tiver desenvolvido as habilidades necessárias para acesso e uso da informação, cada vez mais disponível nas redes. Essa condição parece longínqua quando se evidencia um quadro de distância socioeconômica histórica e crescente, entre a minoria rica e a maioria despossuída, o que leva a conseqüências trágicas, como a fome, a violência e a desesperança. Uma das principais causas é a falta de uma educação global, que contemple a aprendizagem para o acesso a informação, em particular aquela informação que diz respeito a direitos e deveres, ou informação para a cidadania, num conceito amplo.

O indivíduo que não estiver apto para o acesso à informação nas redes está numa situação de exclusão digital e por conseqüência de exclusão social. Portanto, ações de inclusão digital precisam

¹ Trabalho apresentado à Sessão de Temas Livres

² Este artigo é um produto do projeto de pesquisa Informação na Internet e Inclusão Digital: estudo nas organizações que trabalham da perspectiva da inclusão digital na cidade de Salvador/BA, que foi contemplado com auxílio financeiro pelo Edital CNPq 01/2002 - Universal.

³ Bacharel em Biblioteconomia (UFRGS), Especialista em Gestão Estratégica Empresarial (UPF), Mestranda em Ciência da Informação (UFBA), bolsista da Fapesb, e-mail: jussarab@ufba.br

⁴ Mestre em Ciência da Informação (IBICT/UF RJ), Doutora em Engenharia de Produção (UFSC), Professor Adjunto do Instituto de Ciência da Informação (UFBA), e-mail: helenaps@ufba.br

considerar muito além do ensino para a utilização da infra-estrutura tecnológica. É preciso desenvolver no indivíduo a capacidade autônoma para reconhecer quando uma informação é necessária, quais os meios para sua localização, qual sua validade e como pode ser aplicada. O conjunto dessas habilidades vem sendo denominado na literatura da área da Ciência da Informação como *information literacy*. Para isso é preciso considerar o conceito correlato – *information literacy education* (educação para a competência em informação), o que, necessariamente, implica na intermediação para a formação do cidadão do século XXI, ou cidadão eletrônico: o indivíduo que é capaz de exercer plenamente seus direitos e deveres por meio dos canais digitais.

Em Salvador, Bahia, as organizações do terceiro setor, que têm por missão a inclusão social e que atuam em comunidades em situação de exclusão, vêm trabalhando no sentido da inclusão digital. Entretanto, não se sabe se a educação para a informação é considerada nessas ações, denominadas por elas, de inclusão digital. Foi buscando esse conhecimento que se procedeu um estudo entre pessoas que passaram por programas de inclusão digital, com os seguintes objetivos: 1- verificar se desenvolveram *information literacy*; e 2- verificar se os programas de inclusão digital dessas organizações têm sido efetivos na promoção de mudanças na vida das pessoas que os freqüentam.

Para atender a esses objetivos buscaram-se organizações inseridas em bairros representativos da realidade da cidade de Salvador. Foram 7 as selecionadas, nas quais levantaram-se os dados de contato de 70 pessoas, 10 de cada organização, que passaram pelos programas de inclusão digital. Essas pessoas foram entrevistadas individualmente. Os resultados apontam para práticas mais voltadas para o uso de ferramentas tecnológicas, do que para o desenvolvimento de habilidades relacionadas à informação, refletindo-se em mudanças pouco significativas na condição sócio-econômica e cultural daquelas pessoas.

O objetivo deste artigo é, então, narrar essa investigação. Para isso buscou-se colocar uma fundamentação contextual, com base na sociedade da informação e uma fundamentação teórica que abrange considerações sobre inclusão digital e *information literacy*, colocadas nos itens a seguir, seguidas dos procedimentos metodológicos e dos resultados.

Sociedade da Informação

O que caracteriza a Sociedade da Informação é o reconhecimento da informação como o principal insumo dos processos produtivos. O valor está em agregar informação e conhecimento a produtos e serviços. É uma mudança do paradigma industrial, baseado no capital e patrimônio, para o paradigma da informação. As conseqüências desse novo contexto de valorização da informação e do conhecimento implicam em transformações que repercutem em todos os meios sociais: da agenda

política às relações familiares, da economia às formas de lazer, da organização da sociedade às relações entre Estado e cidadão.

A Sociedade da Informação, segundo Jambeiro e Silva (2004), está alicerçada nas tecnologias de informação e comunicação (TICs): integração entre a informática, a telemática e a indústria de equipamentos eletro-eletrônicos, que possibilitam o rápido e contínuo fluxo de informações, diminuindo distâncias e relativizando o fator tempo em uma série de atividades humanas. A informação, assim, migra para o meio digital e tem a Internet como seu principal canal de transmissão e transferência.

A Internet vem se impondo como um ambiente de grande importância econômica e social, além de imprescindível à democratização do acesso à informação. Tornou-se o espaço comum de convergência cultural e tecnológica com as melhores possibilidades de informação e comunicação. Dessa forma, as TICs têm o papel de otimizadoras do acesso à informação e a Internet vem se tornando o grande canal de circulação e acesso a informações, e com chances de tornar-se o próprio espaço comum do conhecimento, como colocam Ronca e Costa (2002).

A informação na rede, entretanto, apresenta duas possibilidades distintas: a oportunidade de democratização do acesso à informação ou o agravamento da exclusão social pela exclusão digital daqueles que não têm acesso às TICs e aos conteúdos disponibilizados a partir delas. Aqueles grupos historicamente marginalizados do acesso aos bens e serviços, excluídos da participação política e social, e, portanto, alijados de sua cidadania, enfrentam agora um novo problema: a necessidade de acesso à infra-estrutura e o domínio de uma nova linguagem para não engrossarem um novo grupo de analfabetos, o digital.

Jambeiro & Silva (2004) colocam que o círculo vicioso que se instala, determinado pelas desigualdades anteriores, não permite a apropriação das tecnologias por aqueles que já eram excluídos antes de se iniciar o surgimento de uma sociedade em rede. A não apropriação de novas tecnologias, dificulta a inserção social. Assim, é importante que se busque meios de garantir que todos se beneficiem desta grande rede de informações, o que implica esforços em prol da inclusão digital.

Inclusão Digital

A compreensão do fenômeno da exclusão digital refere-se ao desigual acesso aos meios de informação e comunicação – livros, rádio, televisão, telefone, Internet, etc – e à desigual capacitação do usuário para extrair o melhor proveito das potencialidades oferecidas por cada um daqueles meios. Embora aqui, o foco seja o acesso à Internet e seu uso, “a exclusão digital não pode ser dissociada do

acesso a essas outras tecnologias da comunicação, com as quais tem várias complementaridades e, até mesmo, tendências à convergência” (SORJ, 2003, p. 59).

A Internet, reconhecidamente, representa um contexto de infinitas oportunidades, mas essa é uma realidade que ainda não chegou para todos. Nunca houve tanta informação disponível, mas essa crescente disponibilização não tem se refletido no seu acesso e uso pela maioria da população brasileira. Embora seja possível observar o aumento do acesso às tecnologias de informação e comunicação (TICs), esse acesso continua ainda muito concentrado entre aqueles poucos privilegiados que podem pagar pelos bens e serviços necessários para conexão à rede.

No Brasil, são cerca de 19,3 milhões de internautas, em sua maioria residentes em centros urbanos e pertencentes às classes dos que podem pagar pelos serviços de telefonia e conexão, além do computador. Uma sociedade, que se pretende da informação, não pode ser constituída por apenas 10,8% (situação brasileira) que tem acesso à maior rede de informações. Na Bahia, segundo dados apontados pelo Programa Baiano de Inclusão Digital (PBID)⁵, somente 5,1% da população possui computadores e 3,5% têm acesso à Internet, ocupando a sexta pior posição no ranking dos Estados brasileiros. Ainda segundo o PBID, tal situação talvez explique em parte porque a proporção de pobres na Bahia permanece inalterada há 20 anos: 54% da população baiana é pobre. Baseado em dados do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), o Programa conclui que mantida a tendência atual, a Bahia pode se transformar, em futuro próximo, no Estado mais pobre do Brasil.

Embora não seja possível afirmar que existe uma relação única e exclusiva entre exclusão social e exclusão digital, é inegável que uma influencia a outra. Claramente, um indivíduo em situação de exclusão social enfrenta barreiras significativas no acesso à informação na Internet, mas as barreiras para inserção social do excluído digital parecem ser ainda maiores: enquanto um indivíduo com acesso físico e cognitivo ao mundo digital tem a sua frente inúmeras possibilidades de informação, através de *sites*, de comunicação e interação multiplicadas através do correio eletrônico e de estímulos à criatividade e ao desenvolvimento; o indivíduo excluído desse acesso tem suas possibilidades de desenvolvimento econômico, social e cognitivo restringidas.

O grande desafio que se coloca, então, é como tornar a Internet democrática e útil para todos na decantada Sociedade da Informação. Isso implica em possibilitar a inclusão de camadas crescentes, sucessivas e concomitantes da população no acesso ao mundo digital; trabalhar em prol da inclusão digital, cujo conceito tem como ponto de partida o acesso à informação nos meios digitais e como ponto de chegada a assimilação da informação e sua reelaboração em novo conhecimento, tendo como

⁵ Disponível em http://www.cpt.uneb.br/arquivos/projeto_inclusao_digital.pdf

consequência desejável a melhoria da qualidade de vida das pessoas, em especial para as menos favorecidas (SILVA e outros, 2005).

A alfabetização digital daqueles que hoje se encontram na escola é indispensável, mas insuficiente porque deixa de fora toda uma geração que já passou pela escola ou nem teve essa oportunidade. Aqui se deve colocar em evidência que, por estar a informação ou o conhecimento disponibilizado nas redes, “com a possibilidade de estar ao alcance de todos”, a educação não está mais restrita aos espaços formais designados para essa função. Os espaços que trabalham da perspectiva da inclusão digital, como as organizações não governamentais, associações de bairro etc., devem aproveitar a oportunidade para se constituírem em verdadeiros espaços de educação. Assim, na década de 90, surgiram vários movimentos pela inclusão digital, em especial, na América Latina.

A expressão “exclusão digital”, seus sinônimos (brecha digital, infoexclusão, divisão digital, etc.) e seus correspondentes na língua inglesa (*apartheid digital*, *digital gap*, *digital divide*) tem sido relacionada ao não acesso às tecnologias de informação e comunicação, o que tem se tornado uma medida de exclusão digital. Órgãos de pesquisa, em geral, têm se utilizado desse parâmetro para medir a exclusão.

O critério parece válido para demonstrar a situação de exclusão, mas não é suficiente para medir a inclusão. Ou seja, o acesso às TICs é requisito necessário, embora não suficiente: um indivíduo pode dispor dos recursos necessários para conexão e acesso aos conteúdos em meio digital, mas não transpor a barreira da compreensão daqueles conteúdos. Inclusão digital, portanto, não é uma simples questão que se resolve comprando computadores para a população de baixa renda e ensinando as pessoas a utilizarem esse ou aquele software. Ter acesso físico à infra-estrutura tecnológica, principalmente à Internet, é apenas um dos fatores que influenciam a inclusão/exclusão digital, mas não é o único, nem o mais relevante. A ênfase precisa ser deslocada do objeto (o computador, o programa, a rede) para o acesso à informação e às mudanças sociais que se quer promover.

Também para Tarapanoff, Suaiden e Oliveira (2004), não poderá haver sociedade da informação sem cultura informacional e o maior problema da inclusão social não é a falta de computadores, mas o analfabetismo em informação. A alfabetização em informação deve criar aprendizes ao longo da vida, pessoas capazes de encontrar, avaliar e usar informação eficazmente para resolver problemas ou tomar decisões. Para esses autores, uma pessoa alfabetizada em informação seria aquela capaz de identificar a necessidade de informação, organizá-la e aplicá-la na prática, integrando-a a um corpo de conhecimentos existentes e usando-a na solução de problemas.

Há, portanto, uma necessidade de competência para o uso da informação, o que está em acordo com o conceito de *information literacy*, ainda pouco explorado no Brasil e sem tradução sedimentada

para o português, tanto que alguns autores, como Dudziak (2003), preferem não o traduzir. O conceito trata, de forma ampla, da capacidade de acesso e uso da informação na rede com efetividade:

Para ser competente em informação, uma pessoa deve ser capaz de reconhecer quando uma informação é necessária e deve ter a habilidade de localizar, avaliar e usar efetivamente a informação... Resumindo, as pessoas competentes em informação são aquelas que aprenderam a aprender. Elas sabem como aprender, pois sabem como o conhecimento é organizado, como encontrar a informação e como usá-la de modo que outras pessoas aprendam a partir dela. (AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION apud DUDZIAK, 2003, p. 26)

Surgido nos Estados Unidos, no início da década de 70, entre profissionais preocupados com o papel da biblioteca escolar na educação global, no novo “tempo digital”, *information literacy* parece ser o conceito mais apropriado para elucidar a capacidade necessária do indivíduo com relação à informação, nos termos deste estudo, porque traz, desde sua origem, uma aproximação muito nítida com a questão da cidadania e com as habilidades ligadas ao uso da informação em meio eletrônico.

Em 1976, Hamelink e Owens, citados por Dudziak (2003), defendiam que os cidadãos competentes no uso da informação estão em posição de tomar decisões mais inteligentes e socialmente responsáveis do que os cidadãos que não estão bem informados. A relação com a tecnologia, como meio para tratar a informação, aparece fortemente enraizada no conceito, possivelmente porque esse nasce em meio à explosão informacional do pós-guerra e a tecnologia é vista como o instrumento para lidar com o problema de organização e recuperação da informação.

Dentre as habilidades relacionadas a *information literacy*, as que parecem encontrar maior consenso entre os autores da área são: saber determinar uma necessidade de informação, saber manusear fontes potenciais de informação de forma efetiva e eficaz, solucionar problemas com o uso da informação, aprender independentemente, aprender ao longo da vida, aprender a aprender, avaliar criticamente a informação, pensar logicamente e saber quando comunicar uma informação. O acesso e uso da informação requerem educação para tal.

Da mesma forma que as pessoas precisam desenvolver certas habilidades para tirarem o melhor proveito de um livro (uma tecnologia), a inclusão digital requer aprendizagem para o acesso e uso da informação. Ocorre que no Brasil, além das barreiras econômicas, a educação não está ainda voltada para produção e consumo de bens informacionais, menos ainda em meio digital.

Essa posição está em acordo com Silveira, H.F.R (2000) quando afirma que “a informação não precisa apenas ser acessada ou ter sua circulação facilitada, é preciso que ela seja *percebida* e *entendida*, e essa capacidade somente pode ser desenvolvida com processos educacionais adequados”. Na mesma linha de pensamento, Gomez (2001, p. 25) salienta que a simples disponibilidade de informação não garante a geração do conhecimento:

Mecanismos devem ser desenvolvidos para garantir o uso efetivo daquele conhecimento quando ele tem impacto direto na sociedade [...] É necessária intervenção de mediadores, que agregam significado e novas informações. Produção, mediação e uso não podem ser dissociados. Para garantir programas de informação em bases sistemáticas, há que se pensar numa política de mediação.(

Esse sentido está encerrado na expressão, que também vem ganhando força: *information literacy education*, pelo qual se reconhece que *information literacy* é uma questão de educação para os tempos digitais. A partir desse processo de aprendizagem, o sujeito absorve informações e é estimulado a criar e recriar conceitos utilizando as novas informações, suas experiências e conceitos elaborados anteriormente. A interação constante entre sujeito e objeto (informação), acarretará a formulação de novos conhecimentos, que por sua vez possibilitarão a criação de novas informações.

Todo mundo usa informação enquanto cidadão, trabalhador, na resolução de problemas ou para o aprendizado ao longo da vida. Tradicionalmente as escolas promovem o conceito de “aprender a aprender”. As competências mais elevadas de aprendizagem incluem a formulação de questões, a avaliação da informação de acordo com sua pertinência e exatidão, a organização da informação e, finalmente, a aplicação da informação para responder às questões originais – o último e mais valioso passo no processo. (DOYLE apud DUDZIAK, 2003, p. 26)

A função da intermediação entre o usuário e a informação, tradicionalmente, vinha sendo desempenhada pelas bibliotecas. Atualmente, principalmente no que tange à informação utilitária e contextual, é possível observar um deslocamento dessa função para as organizações do terceiro setor que precisam promover o uso desse tipo de informação na busca de justiça social. Essas organizações, que também têm atuado fortemente em programas de inclusão digital, poderiam, então, desenvolver *information literacy education*.

Portanto, falar de inclusão digital requer falar de acesso à informação na Internet e fatalmente de intermediação. É necessário que os que estão em situação de exclusão digital recebam orientações objetivas, não só quanto ao manuseio da máquina, mas, também, no desenvolvimento de competências ligadas ao acesso e uso efetivo da informação para construção do conhecimento e melhoria da qualidade de vida. É, pois, possível concluir-se que educação para a informação é a própria viabilizadora da idéia de Sociedade da Informação, nos termos aqui tratados (LIMA; SILVA, 2004, p.240).

Métodos

Para consecução dos objetivos, o método considerou duas frentes de desenvolvimento:

a) Aprofundamento teórico e análise da relação e influências entre os conceitos de acesso à informação na Internet, *information literacy* e inclusão digital, para estabelecer a vinculação existente entre os conceitos, considerando o contexto da Sociedade da Informação;

b) Entrevistas com pessoas que passaram por programas de inclusão digital para verificar as habilidades para lidar com informação e a efetividade da inclusão, a partir de mudanças ocorridas em suas vidas.

O ambiente da pesquisa é a cidade de Salvador, capital do Estado da Bahia, que, de acordo com o *ranking* de Bonilha (2003), situa-se entre os Estados com um dos piores níveis de acesso digital. Por esse motivo, concentra diversas organizações atuando na intenção de mudança desse quadro. Assim, pela impossibilidade de pesquisar todas as organizações da cidade, foi estabelecido um critério para escolha dos bairros mais representativos da realidade da cidade: grande população na linha da pobreza ou abaixo dela e em estado de exclusão social. Nessas condições, foram selecionadas organizações instaladas nos bairros da Liberdade e Centro Histórico-Pelourinho.

A seleção das organizações deu-se a partir de mapeamento, levantamento e cadastro realizado no âmbito do projeto Infoinclusão, ao qual o presente estudo se vincula. Da análise desse levantamento foram conhecidas as organizações que trabalham com inclusão digital, considerando-se essa, preliminarmente, como o acesso gratuito e irrestrito às tecnologias de informação e comunicação.

Foram realizadas entrevistas, a partir de roteiro semi-estruturado, com os beneficiados pelas ações de inclusão digital das organizações selecionadas, que haviam concluído o programa na última turma formada, de acordo com listagens fornecidas pelas próprias organizações. Foram ouvidas 70 pessoas – 10 de cada organização -, formalmente consideradas “incluídas”, segundo o conceito praticado por cada entidade. Essas entrevistas foram realizadas entre os dias 30 de março e 23 de abril de 2005.

Resultados

As organizações selecionadas foram as seguintes: Centro Cultural Gandhi Mirim, Associação Cultural Bloco Carnavalesco Ilê Aiyê, Liceu de Artes e Ofícios da Bahia, Organização de Auxílio Fraternal (OAF), Projeto Cultural Odara, Escola Criativa Olodum, Instituto Cultural Steve Biko.

As quatro figuras seguintes têm o objetivo de caracterizar as pessoas que passaram pelos programas de inclusão digital dessas organizações. Esses gráficos foram construídos com base nas informações prestadas nas entrevistas com as pessoas incluídas digitalmente.

Figura 1: Idade

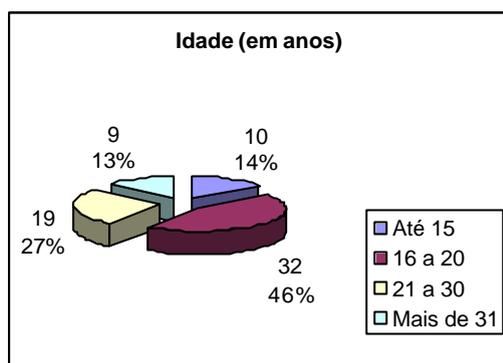


Figura 2: Cor

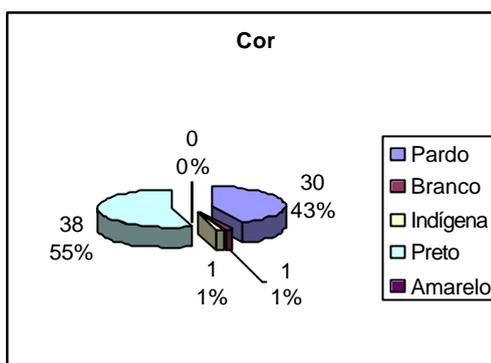


Figura 3: Sexo

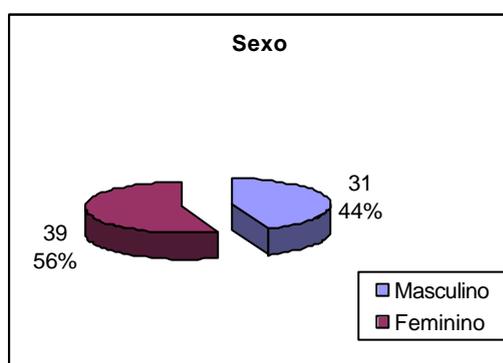
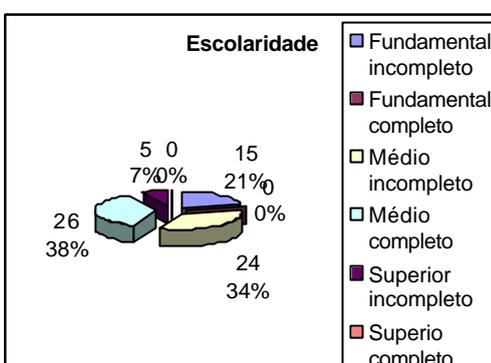


Figura 4: Escolaridade



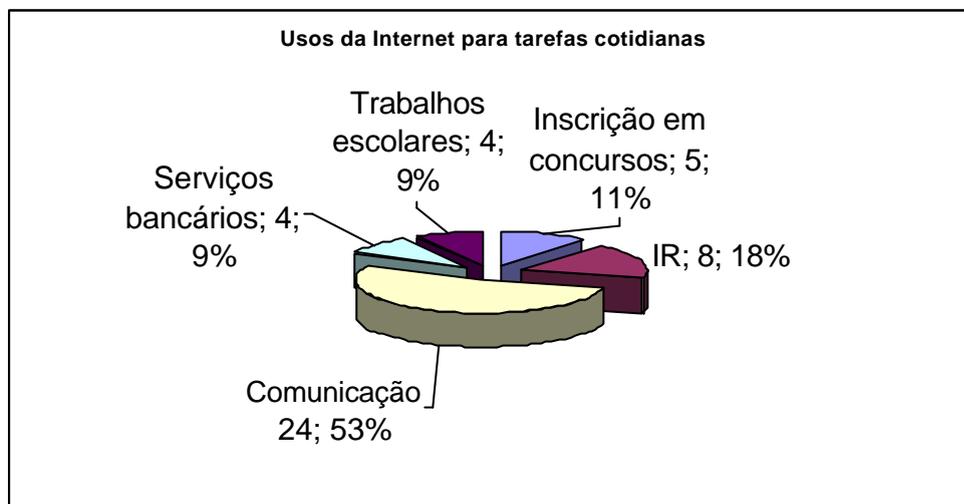
O conjunto dos gráficos acima descortina quem é o freqüentador médio dos programas de inclusão digital: um indivíduo bastante jovem – 60% estão abaixo dos 20 anos -; não-branco em sua quase totalidade – apenas 1 declarou-se branco -; do sexo feminino em sua maioria e com cerca de 10 anos de estudos regulares – 72% dos entrevistados.

É possível inferir que a predominância daquela faixa etária que saiu ou está saindo dos programas regulares de educação se dá em função da percepção entre eles de que a educação formal não os está preparando, seja para ingressar no mercado de trabalho, seja para atuarem no meio social, estes cada vez mais mediados pelas TICs.

Para verificar o desenvolvimento de competências ligadas ao acesso à informação na rede, questionou-se se passaram a fazer via Internet alguma coisa que antes fazia por outro meio. Dos 70 entrevistados, 38 responderam que não, enquanto 31 responderam afirmativamente e 1 preferiu não responder. Portanto, a maioria dos indivíduos que passaram pelos programas de inclusão digital não incorporaram o uso da informação a partir da Internet para a multiplicidade de tarefas cotidianas que hoje é possível resolver através desse meio. Muitas pessoas não conseguem perceber que suas dificuldades do dia-a-dia – horários e linhas de transporte, endereços e horários de postos de saúde, cursos gratuitos, etc – poderiam ser resolvidas com acesso à informação nas redes.

Entre aqueles que passaram a utilizá-la, questionou-se com que fim. Há uma diversidade de usos possíveis, mas os mais citados e sua distribuição estão na Figura 5.

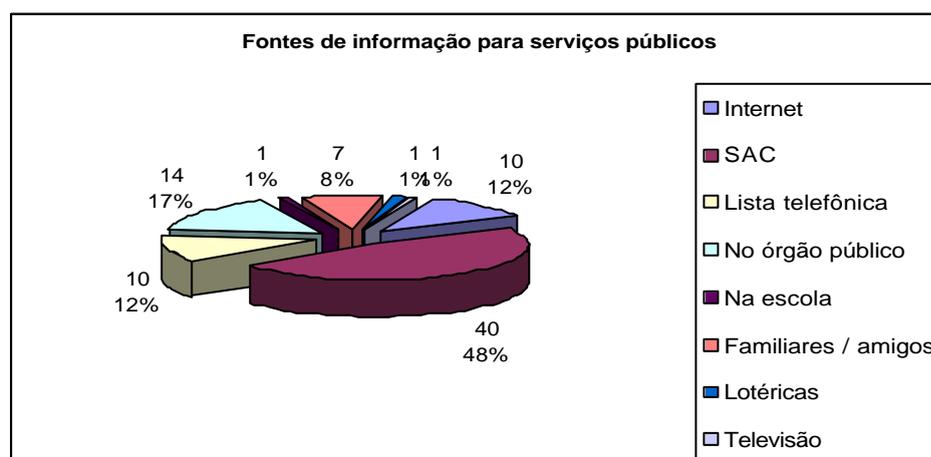
Figura 5: Usos da informação na Internet para tarefas cotidianas



O principal uso apontado é a comunicação, principalmente através de correio eletrônico e canais de bate-papo. O segundo uso mais apontado é a declaração do imposto de renda ou declaração de isento, o que pode ser justificado porque a Receita Federal brasileira privilegia a restituição do imposto de renda daqueles que a enviam pela Internet, o que estimula seu uso.

Os governos, com efeito, têm apostado em políticas de governo eletrônico, cujo principal “braço executor” são portais na Internet, que dão acesso a uma ampla gama de serviços e informações, com o intuito de torná-los mais acessíveis ao público em geral. Procurou-se verificar, então, se essa fonte de informação estava sendo considerada quando havia necessidade de algum serviço público. A Figura 6 ilustra as fontes de informação que os entrevistados disseram utilizar quando necessitam de um serviço público.

Figura 6: Fontes de Informação de serviços públicos



Na maior parte dos casos – 48% – o indivíduo prefere procurar o Serviço de Atendimento ao Cidadão (SAC), que são postos de atendimento do governo do Estado da Bahia, ou ir no próprio órgão público – 17%. O uso da Internet ao lado da lista telefônica – 12% para cada – aparece apenas na

terceira colocação. É curioso que pessoas que acabaram de sair de programas de inclusão digital não estejam considerando a Internet para ter acesso a informações sobre serviços públicos, que cada vez mais estão disponíveis nesse meio.

Observando esse resultado, como os apontados no gráfico anterior, pode-se afirmar que as pessoas desenvolveram habilidades que permitem um uso superficial das ferramentas digitais – comunicação, declaração de imposto de renda – sem, no entanto, terem adquirido habilidades identificadas com a *information literacy*.

Em seguida, procurou-se verificar a efetividade dos programas de inclusão digital. Para tanto, investigou-se a ocorrência de mudanças nas vidas das pessoas que os freqüentaram. Antes, as duas figuras seguintes têm o objetivo de caracterizar a situação sócio-econômica dos indivíduos

Figura 7: Renda Pessoal

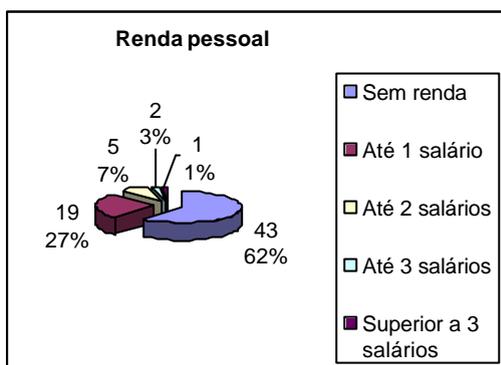
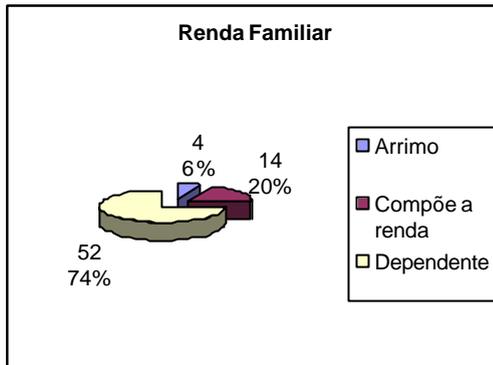
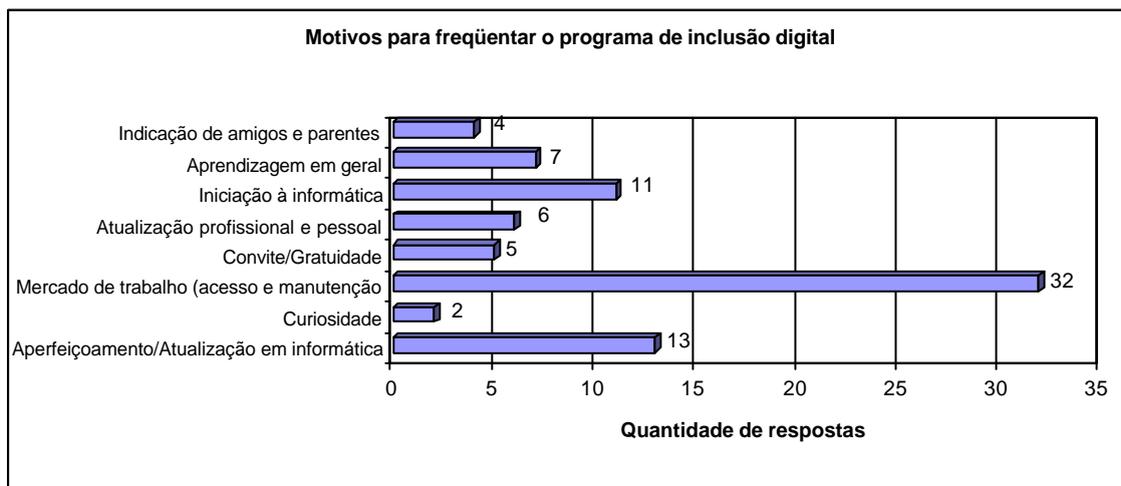


Figura 8: Posição na composição da renda familiar



A ausência de renda pessoal e a conseqüente impossibilidade de contribuir na renda familiar refletem-se na preocupação desse indivíduo em ingressar ou manter-se no mercado de trabalho, sendo esse o principal motivo para freqüentar o programa de inclusão digital, conforme pode ser observado na Figura 9.

Figura 9: Motivos para freqüentar o programa de inclusão digital



Sendo uma questão aberta, o número de respostas excede o número de entrevistados, que expuseram livremente as razões que os impulsionaram ao programa de inclusão digital. A vontade de

aperfeiçoar ou atualizar os conhecimentos em informática – 13 respostas – ou iniciar-se na área – 11 respostas – deixa transparecer o entendimento de alguns indivíduos de uma inclusão digital relacionada a cursos de informática.

A inclusão digital levada a efeito a partir de cursos de informática parece demonstrar uma cristalização do que seria um único meio de promover essa inclusão. Seabra (2004), a partir de sua experiência junto à Escola do Futuro da USP, observa prática semelhante nas experiências de São Paulo e coloca como grande desafio “combater a ‘maldição’ do formato taylorista e fordista de transmissão de informações, que não assegura a construção do conhecimento e, ao contrário, promete demagogicamente uma capacitação que o formato de tempo disponível e a qualificação dos envolvidos não atende”.

A principal expectativa, entretanto, ao ingressarem no programa de inclusão digital era o acesso ao mercado de trabalho – 32 citações. Procurou-se, então, verificar as mudanças ocorridas nesse contexto em específico. Dos 70 entrevistados, 10 estavam empregados ao ingressarem no programa (Figura 10), enquanto 60 estavam desempregados (Figura 11).

Figura 10: Mudanças entre os que estavam empregados ao ingressarem no programa

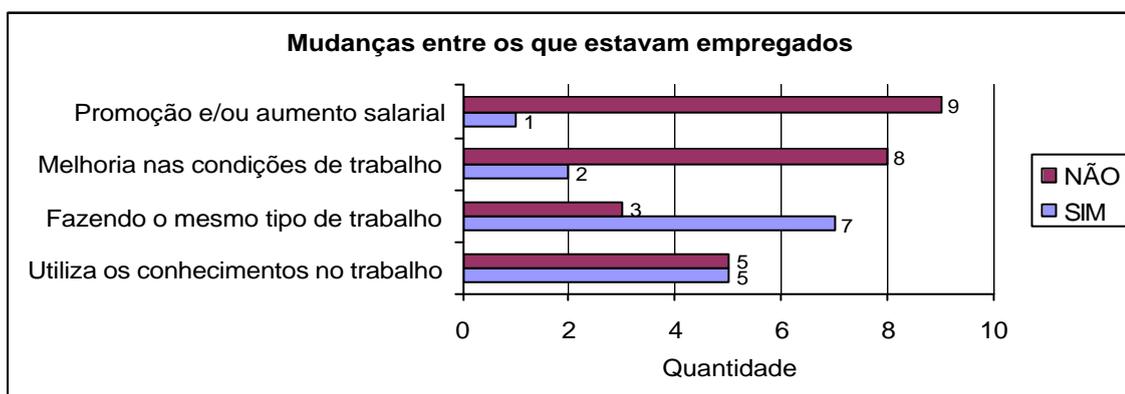
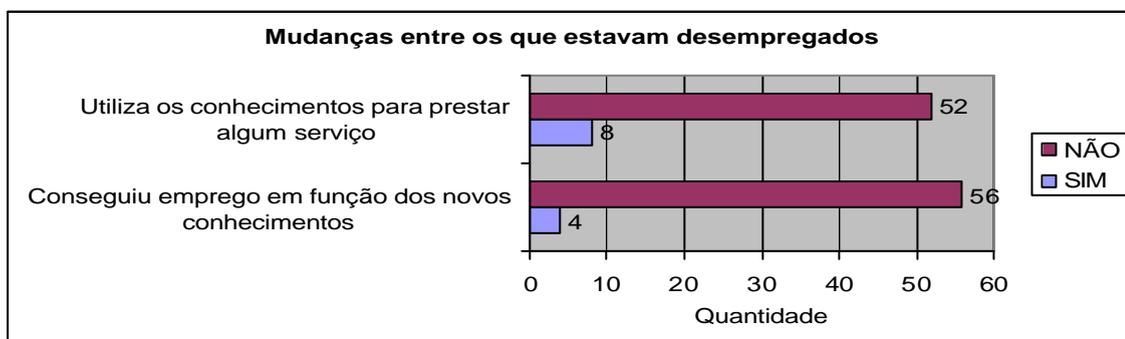


Figura 11: Mudanças entre os que estavam desempregados ao ingressarem no programa



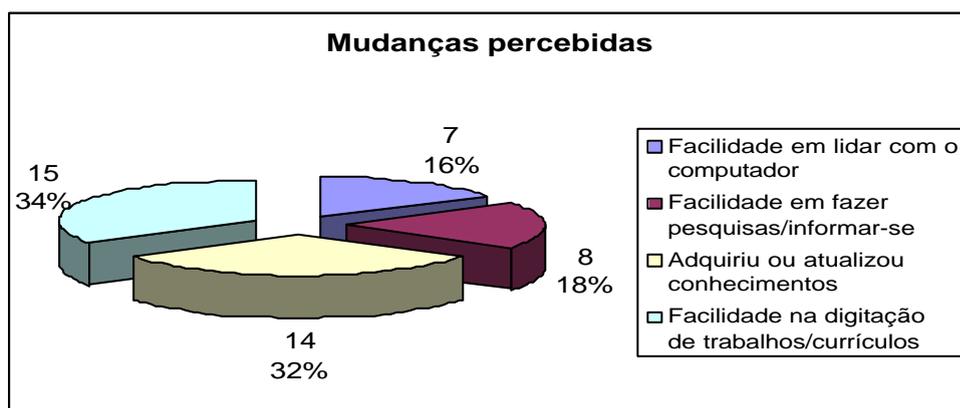
Não é possível observar mudanças significativas na vida dos indivíduos pesquisados no que tange ao mercado de trabalho. Dos 10 já empregados, metade pôde aplicar os novos conhecimentos no

trabalho, mas apenas 1 recebeu promoção ou aumento salarial em função disso. Em sua maioria, continuam fazendo o mesmo tipo de trabalho – 7 casos – e não percebem mudanças nas condições de trabalho – 8 casos – em razão das novas competências desenvolvidas. Dentre os 60 desempregados, apenas 4 conseguiram emprego em função dos novos conhecimentos. Considerando-se o contexto brasileiro, onde há alta incidência de trabalhadores prestando serviços sem vínculo formal de emprego, verificou-se também essa possibilidade, mas também aqui, apenas 8 dos 60 utilizam os conhecimentos adquiridos para prestar algum serviço.

Parece que o não desenvolvimento de competências ligadas ao uso da informação – *information literacy* – está fazendo falta no momento do acesso e melhoria nas condições de trabalho. O que vai ao encontro das constatações de Ronca e Costa, bem como Sorj. Ronca e Costa (2002) colocam que para o indivíduo, no contexto da sociedade em que mais de 60% dos profissionais passam mais de um terço de seu tempo manipulando informações e esta migra rapidamente para as redes, o domínio deste meio é imprescindível para entrar ou manter-se no mercado de trabalho. E Sorj (2003, p. 45) diz que “a capacidade de lidar com informação, de analisá-la e elaborá-la é um componente central da competência profissional na maioria das atividades econômicas no mundo contemporâneo”.

Não se observando mudanças significativas no acesso ao emprego, questionou-se aos entrevistados se as habilidades conquistadas a partir do programa de inclusão digital haviam gerado melhorias em outros aspectos de suas vidas. Dos 70 entrevistados, 11 responderam negativamente, que não percebiam mudanças para melhor, mas 58 disseram observar melhorias, cujas principais respostas foram agrupadas na Figura 12.

Figura 12: Mudanças percebidas



Importante frisar que esta questão recebeu respostas bastante diversificadas e os quatro itens colocados no gráfico acima não representam, assim, a totalidade, mas os itens mais representativos. Dentre as mudanças percebidas, a que ganhou mais citações – facilidade em digitar trabalhos escolares

e currículos – não parece enquadrar-se em “mudança na vida”, mas tão somente uma nova habilidade instrumental. As demais mudanças citadas – aquisição/atualização de conhecimentos e facilidade em fazer pesquisas e informar-se – são, sem dúvida, habilidades intelectuais importantes no contexto da Sociedade da Informação que podem levar a mudanças efetivas, mas igualmente não podem enquadrar-se como mudanças concretas.

Conclusão

Chega-se ao final com a certeza de que inclusão digital encerra um complexo interrelacionamento de conceitos e tem como ponto central a educação para a informação ou *information literacy education*. A educação para a informação está, portanto, no cerne de uma nova e desejada sociedade “incluída”, que seja amparada na consideração “cuidadosa” de uma educação que envolva novas e ousadas abordagens relacionadas ao acesso à informação por meio das TICs.

As organizações que atuam na perspectiva da inclusão digital em Salvador, no entanto, embora tenham um claro papel sócio-educativo, não parecem estar trabalhando no desenvolvimento do conjunto de habilidades relacionadas à *information literacy*, haja vista que as pessoas saem de seus programas não considerando o uso da informação na rede para resolução de seus problemas cotidianos.

Isso significa um impacto positivo bastante reduzido na vida dos “incluídos”. No que se refere à aplicabilidade dos conhecimentos adquiridos no ambiente de trabalho, por exemplo, ainda que seja temerária uma conclusão definitiva, cabe considerar como positivo o fato de metade deles terem aplicado no seu trabalho o que aprenderam. Mas pode ser desestimulante para eles nada terem recebido, como prêmio pelo aperfeiçoamento, nem promoção, nem melhoria na remuneração (JAMBEIRO; SILVA, 2004).

Parte significativa das pessoas que procuram programas de inclusão digital o fazem com vistas ao acesso ao mercado de trabalho, mas, na amostra estudada, apenas 4 deles conseguiram emprego e 8 passaram a prestar serviços em decorrência da inclusão.

Em suma, a inclusão digital está conceitualmente atrelada ao desenvolvimento da habilidade das pessoas para lidar com suas próprias vidas, capacitando-as a lidar com a informação, que cada vez mais flui pelas redes, mas os resultados como os que foram aqui avaliados, demonstram que os programas de inclusão digital embora forneçam ferramentas digitais não são suficientes para gerar por si mesmas, mudanças qualitativas na vida dos indivíduos.

Referências

BONILHA, Caio. DAI – Digital Access Index: Brazil Breakdown. 2003. Disponível em:<
http://www.itu.int/ITU-D/ict/dai/material/BR_DAI_ITU.pdf> Acesso em: 23 out. 2004

DUDZIAK, Elisabeth Adriana. Information literacy: princípios, filosofia e prática. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 1, p. 23-35, jan./abr. 2003

GOMEZ, Maria Nélide G. de; CANONGIA, Claudia (Orgs.). **Contribuição para políticas de ICT**. Brasília: IBICT, 2001.

JAMBEIRO, Othon; SILVA, Helena Pereira da. Políticas de informação: digitalizando a inclusão social (o caso do Liceu de Artes e Ofícios da Bahia). **Estudos de Sociologia**, Araraquara, n. 17, 2004.

LIMA, Jussara Borges de; SILVA, Helena Pereira da. Inclusão Digital: uma convergência de outros Is. In: JAMBEIRO, Othon; STRAUBHAAR, Joseph. **Informação e Comunicação**: o local e o global em Austin e Salvador. Salvador: Edufba, 2004.

RONCA, A. C. C.; COSTA, R. A construção de uma democracia cognitiva. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, 16(4): 24-29, 2002

SANCHEZ, Oscar Adolfo. O poder burocrático e o controle da informação. **Lua Nova**, n. 58, p. 89-119, 2003

SEABRA, Carlos. Inclusão digital: algumas promessas e muitos desafios. Disponível em: <
http://www.mhd.org/artigos/seabra_inclusao2.html> Acesso em 5 dez. 2004.

SORJ, Bernardo. **Brasil@povo.com**: a luta contra a desigualdade na Sociedade da Informação. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

SILVA, Helena Pereira da et al. Inclusão Digital e *Information Literacy Education*: uma questão de Ética e Cidadania. 2005. No prelo

SILVEIRA, H. F. R. Um estudo do poder na sociedade da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 3, p. 79-90, set./dez. 2000

TARAPANOFF, Kira; SUAIDEN, Emir; OLIVEIRA, Cecília Leite. Funções sociais e oportunidades para profissionais da informação. **DataGramZero** - Revista de Ciência da Informação, v. 3, n. 5, out. 2002. Disponível em http://http://www.dgz.org.br/out02/Art_04.htm. Acesso em: 02 ago. 2004